

# Superior Tribunal de Justiça

## AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.364.120 - MG (2018/0239027-4)

**RELATOR** : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO  
**AGRAVANTE** : POSTO CRUZEIRO LTDA  
**AGRAVANTE** : CRUZEIRO EXPRESS LOJA DE CONVENIENCIA EIRELI  
**AGRAVANTE** : COMERCIO DE COMBUSTIVEIS MAXIMINO LTDA  
**ADVOGADOS** : VINÍCIUS JOSÉ MARQUES GONTIJO E OUTRO(S) -  
MG064295  
VITOR DE ARAUJO XAVIER - MG167799  
**AGRAVADO** : BANCO BRADESCO S/A  
**ADVOGADO** : SÉRGIO ADNEI BATISTA DOS SANTOS - MG145424

### DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de agravo manejado por POSTO CRUZEIRO LTDA E OUTROS em face da decisão que inadmitiu recurso especial interposto com fundamento no art. 105, III, "a", da Constituição Federal contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, assim resumido:

*EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. SUSPENSÃO DE AÇÕES E EXECUÇÕES. BENEFÍCIO CONCEDIDO AO DEVEDOR. EXTENSÃO A TERCEIROS. INEXISTÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. SÚMULA 581 STJ. SUBSTITUIÇÃO DO ADMINISTRADOR JUDICIAL. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS.*

*A recuperação judicial do devedor principal não impede o prosseguimento das ações e execuções ajuizadas contra terceiros devedores solidários ou coobrigados em geral, por garantia cambial, real ou fidejussória (Súmula 581 do STJ), especialmente quando se trata de sociedade limitada, já que a responsabilidade dos sócios é pessoal.*

*O pedido de substituição do administrador judicial deve ser motivado, eis que sua destituição somente será determinada quando constatada a desobediência aos preceitos da lei de regência, o descumprimento de deveres, a omissão, negligência ou prática de ato lesivo às atividades do devedor ou a terceiros.*

*Recurso conhecido e parcialmente provido (e-STJ fl. 116).*

Nas razões do especial, as recorrentes alegaram que houve ofensa ao art. 1.015, XIII, do Código de Processo Civil e à Súmula 264/STJ.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Sustentaram ser incabível agravo de instrumento contra o "despacho" que defere o processamento da recuperação judicial.

Argumentaram que, embora o Tribunal *a quo* tenha reputado cabível o referido recurso, por considerar que no *decisum* agravado, além do deferimento da recuperação, houve nomeação do administrador judicial e a dispensa de apresentação de certidões negativas, tais diretrizes não tornariam o "despacho" passível de impugnação por meio de agravo de instrumento.

Além disso, apontaram violação dos arts. 47 e 59 da Lei nº 11.101/05, ponderando que "tendo havido a novação, de fato, se revela consentâneo com a legislação atinente ao concurso de credores que as obrigações decorrentes de garantias fidejussórias tenham suspensa sua exigibilidade na forma determinado no despacho que deferiu o processamento da recuperação judicial" (e-STJ fl. 131).

Foram apresentadas contrarrazões às fls. 151/154 (e-STJ).

Inadmitido o apelo nobre (e-STJ fls. 156/158), vieram os autos conclusos em decorrência da interposição do agravo de fls. 161/171 (e-STJ).

Impugnação às fls. 176/180 (e-STJ).

É o relatório.

Passo a decidir.

Diante da relevância do tema versado, impõe-se a conversão do presente agravo em recurso especial, para melhor exame da controvérsia, sem prejuízo de novo exame de admissibilidade deste.

**Ante o exposto, DOU PROVIMENTO ao agravo para determinar a sua reautuação como recurso especial.**

À Coordenadoria para as providências cabíveis.

Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

**MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
Relator